

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025**

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

Índice

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	7
NOTAS EXPLICATIVAS	
1 CONTEXTO OPERACIONAL	8
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	10
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15
6 PARTES RELACIONADAS	15
7 INVESTIMENTOS.....	16
8 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO A RECUPERAR	19
9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE	19
10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
11 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	21
12 RESULTADO FINANCEIRO	21
13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	21

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	55	516
Aplicações financeiras	5	7.405	6.370
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	8	3.976	3.727
Total do ativo circulante		11.436	10.613
Não circulante			
Investimentos	7	2.768.409	1.900.026
Total do ativo não circulante		2.768.409	1.900.026
Total do ativo		2.779.845	1.910.639

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		9	-
Impostos e contribuições a recolher		6	10
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		2.017	1.938
Dividendos a pagar	10.6	3.976	-
Total do passivo circulante		6.008	1.948
Não circulante			
Provisão para perda em investimento	7	1.963.146	1.250.175
Total do passivo não circulante		1.963.146	1.250.175
Patrimônio líquido			
Capital social	10		
Capital social	10.1	523.890	523.890
Reserva de capital	10.2	7.396	5.662
Ajuste de avaliação patrimonial	10.3	266.640	181.589
Reservas de lucros	10.4	12.765	-
Prejuízos acumulados	10.5	-	(52.625)
Total do patrimônio líquido		810.691	658.516
Total do passivo e patrimônio líquido		2.779.845	1.910.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Despesas gerais e administrativas, e amortização	11	(75)	(83)
Resultado da equivalência patrimonial	7.1	68.479	(63.814)
Total de receitas (despesas) operacionais		68.404	(63.897)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		68.404	(63.897)
Receitas financeiras	12	1.192	14.834
Despesas financeiras	12	(58)	(121)
Resultado financeiro, líquido		1.134	14.713
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		69.538	(49.184)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	9	(172)	(3.441)
Impostos sobre o lucro		(172)	(3.441)
Lucro (prejuízo) do exercício		69.366	(52.625)
Lucro (prejuízo) do exercício básico e diluído, por lote de mil ações -R\$		5,33585	(4,04808)
Quantidade de ações no final do exercício - em mil		13.000	13.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	69.366	(52.625)
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
<i>Hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos	85.051	104.736
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	85.051	104.736
Total dos resultados abrangentes	154.417	52.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Notas	Capital social	Reservas de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
					Reserva legal	Reserva de reforço de capital de giro		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.568.100	3.099	76.853	-	-	(888.610)	759.442
(-) Absorção de prejuízos acumulados	10.1	(888.610)	-	-	-	-	888.610	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(52.625)	(52.625)
Redução de capital	10.1	(155.600)	-	-	-	-	-	(155.600)
Valor justo das opções de compra (<i>Vesting period</i>)	7.1	-	2.563	-	-	-	-	2.563
Resultado abrangente do exercício	7.1							
Resultado de instrumentos financeiros derivativos		-	-	(258.805)	-	-	-	(258.805)
Tributos diferidos sobre resultado de instrumentos financeiros derivativos		-	-	106.400	-	-	-	106.400
Resultados abrangentes - benefício pós emprego		-	-	260.210	-	-	-	260.210
Tributos diferidos sobre benefício pós emprego		-	-	(3.069)	-	-	-	(3.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		523.890	5.662	181.589	-	-	(52.625)	658.516
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	69.366	69.366
Valor justo das opções de compra (<i>Vesting period</i>)	7.1	-	968	-	-	-	-	968
Mudança na participação relativa	7.1	-	766	-	-	-	-	766
Resultado abrangente do exercício	7.1							
Resultado de instrumentos financeiros derivativos		-	-	248.629	-	-	-	248.629
Tributos diferidos sobre resultado de instrumentos financeiros derivativos		-	-	(103.631)	-	-	-	(103.631)
Resultados abrangentes - benefício pós emprego		-	-	(59.947)	-	-	-	(59.947)
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal	10.4	-	-	-	837	-	(837)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	10.6	-	-	-	-	-	(3.976)	(3.976)
Realização da reserva de reforço de capital de giro	10.4	-	-	-	-	11.928	(11.928)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		523.890	7.396	266.640	837	11.928	-	810.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	69.366	(52.625)
Ajustes para:		
Resultado da equivalência patrimonial	(68.479)	63.814
Rendimentos de aplicações financeiras	(1.006)	(15.485)
Imposto de renda e contribuição social (correntes)	172	3.441
Subtotal	53	(855)
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(249)	(2.605)
Fornecedores	9	(4)
Impostos e contribuições a recolher	(4)	(56)
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	(11)	(3.459)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(202)	(6.979)
Rendimentos de aplicações financeiras	59	15.485
Imposto de renda e contribuição social pagos	(82)	1.956
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(225)	10.462
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	(148)	-
Aplicação (resgate) sobre aplicações financeiras	(88)	145.112
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(236)	145.112
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(155.600)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	(155.600)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(461)	(26)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	516	542
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	55	516
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(461)	(26)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A Equatorial Participações e Investimentos S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Participações") é uma *holding*, constituída em 31 de agosto de 2020, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, consórcios e/ou empreendimentos, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica. A Equatorial S.A. é controladora da Equatorial Participações.

1.1 Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Nota	2025	2024
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a)	95,12%	95,12%
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. – Equatorial Goiás	(b)	99,97%	99,96%

- (a) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica ("CEEE-D"): sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km²(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 1.998.796 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3), sob os códigos de negociação CEED3 e CEED4.
- (b) Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Goiás"): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controladora final, a Equatorial S.A. A Companhia é concessionária de serviço público de energia elétrica no segmento de distribuição que abrange o Estado de Goiás com 340.243 km²(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 3.521.704(*) consumidores em 237 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica ("CEEE-D") e a Equatorial Goiás Distribuidora S.A. ("Equatorial Goiás") foram mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como "Controladas".

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária e em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que regulamentou a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 trouxe maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos

contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As controladas da Companhia, quando aplicável, também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisado de forma contínua pela administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Equivalência patrimonial em investidas	nº 3.1. e 7	Determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
Instrumentos financeiros	nº 3.4 e 13	Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.6 – Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

3.1 Investimentos em entidades controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Nas demonstrações contábeis da Companhia, as entidades controladas são contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui investimentos em coligadas ou controladas em conjunto.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve saldos de empréstimos na Companhia.

3.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, às alíquotas de 15% para o imposto de renda, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, a Companhia compensa prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo, com base na melhor estimativa do valor esperado a recolher ou a recuperar, utilizando as alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa ativos e passivos fiscais correntes quando existe direito legalmente executável de compensação e há intenção de liquidar os valores em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 — Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a probabilidade de aceitação dos tratamentos fiscais adotados nas apurações do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que é mais provável que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48. As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

3.4.2 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos

são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.4.3 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4.4 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 13.2 – Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



3.5 Capital social

3.5.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com o CPC 39 – Instrumentos financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.6 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.6.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.6.2 Normas emitidas com vigência a partir de 01/01/2026:

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 e CPC 40 (R1): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis – Volume 11	Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam o CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) (e sua orientação), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2), com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.	01/01/2026
CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis.	01/01/2027

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	55	6
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	510
Total	55	516

- (a) O caixa e equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) – Demonstrações de fluxo de caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 equivale a 25% do CDI.

5 Aplicações financeiras

	2025	2024
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimento	7.405	6.370

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas. Adicionalmente, a redução do caixa observada no exercício está diretamente relacionada à redução de capital realizada pela Companhia.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale 101,28% do CDI (98,75% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6 Partes relacionadas

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui remuneração nas categorias de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chave da Administração.

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



7 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas estão conforme a seguir demonstradas:

	Participação em 2025	2025	2024
Avaliados por equivalência patrimonial:			
CEEE-D (a)	95,12%	(1.963.146)	(1.250.175)
Equatorial Goiás (b)	99,97%	2.768.409	1.900.026
Efeito líquido total		805.263	649.851
Total investimentos		2.768.409	1.900.026
Provisão para perda em investimentos (a)		(1.963.146)	(1.250.175)

- (a) Representado pelo investimento na CEEE-D, que apresenta passivo a descoberto, mas que possui projeções de recuperabilidade de ativos, utilizados durante a formulação do PPA – “Purchase Price Allocation”. Desta forma, não houve necessidade de constituir complemento de *impairment* sobre os ativos adquiridos da CEEE-D; e
- (b) Em outubro de 2025, a Companhia assinou um acordo para compra de 25.925 ações da Equatorial Goiás, alterando a participação de 99,96% para 99,97%.

7.1 Movimentação dos investimentos em controladas

Controladas	2024	Aquisição	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Stock options	Mudança na participação relativa em controladas	2025
CEEE-D	(1.250.175)	-	(764.704)	51.441	292	-	(1.963.146)
Equatorial Goiás	1.900.026	148	833.183	33.610	676	766	2.768.409
Efeito líquido total	649.851	148	68.479	85.051	968	766	805.263
Total de investimentos	1.900.026						2.768.409
Total de provisão para perda em investimentos	(1.250.175)						(1.963.146)

Controladas	2023	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Stock options	2024
CEEE-D	(893.557)	(523.284)	166.392	274	(1.250.175)
Equatorial Goiás	1.499.923	459.470	(61.656)	2.289	1.900.026
Efeito líquido total	606.366	(63.814)	104.736	2.563	649.851
Total de investimentos	1.499.923				1.900.026
Total de provisão para perda em investimentos	(893.557)				(1.250.175)

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



7.2 Informações das controladas

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas.

Saldos em 2025	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuiçã o social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
CEEE-D Equatorial Goiás	95,12%	3.414.417	2.229.804	6.583.119	12.036.277	(4.268.545)	6.237.147	1.028.223	(667.856)	(1.064.951)	-	(704.584)
	99,97%	4.861.338	4.658.634	21.366.412	17.050.196	4.518.920	12.711.891	2.918.537	(1.378.644)	(2.178.602)	285.757	(352.952)
		8.275.755	6.888.438	27.949.531	29.086.473	250.375	18.949.038	3.946.760	(2.046.500)	(3.243.553)	285.757	(1.057.536)

Saldos em 2024	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuiçã o social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
CEEE-D Equatorial Goiás	95,12%	2.550.887	2.221.043	5.661.850	9.610.025	(3.618.331)	5.339.988	1.050.269	(765.605)	(772.541)	48.989	(438.888)
	99,96%	4.380.417	3.168.455	19.398.637	15.773.038	4.837.561	10.855.406	2.111.403	(759.798)	(1.422.701)	427.988	356.892
		6.931.304	5.389.498	25.060.487	25.383.063	1.219.230	16.195.394	3.161.672	(1.525.403)	(2.195.242)	476.977	(81.996)

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



7.3 Conciliação dos investimentos

Controladas	2025						
	Participação societária	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (a)	Valor do investimento	Intangível de concessão	Total investimentos
CEEE-D	95,12%	(4.268.545)	(704.584)	(764.704)	(4.059.828)	2.096.682	(1.963.146)
Equatorial Goiás	99,97%	4.518.920	(352.952)	833.183	5.287.047	(2.518.638)	2.768.409
Total:		250.375	(1.057.536)	68.479	1.227.219	(421.956)	805.263

Controladas	2024						
	Participação societária	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (a)	Valor do investimento	Intangível de concessão	Total investimentos
CEEE-D	95,12%	(1.314.335)	(438.888)	(523.284)	(3.441.832)	2.191.657	(1.250.175)
Equatorial Goiás	99,96%	1.900.705	356.892	459.470	5.453.759	(3.553.733)	1.900.026
Total:		586.370	(81.996)	(63.814)	2.011.927	(1.362.076)	649.851

(a) O resultado de equivalência patrimonial contempla também o efeito da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 110.426 (R\$ 110.426 em 31 de dezembro de 2024), conforme item 23, letra (a) do ICPC 19.

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis—continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



8 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	2025	2024
Circulante		
IRRF sobre aplicação financeira	97	1.524
Antecipação de IRPJ/CSLL	2.012	1.931
IRPJ/CSLL a restituir	1.867	272
Total circulante	3.976	3.727

9 Imposto de renda e contribuição social corrente

9.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo contábil antes do IRPJ e da CSLL	69.538	69.538	(49.184)	(49.184)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	17.385	6.258	(12.296)	(4.427)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(17.120)	(6.163)	15.954	5.743
Outras adições (reversões) permanentes	(82)	(21)	(42)	(6)
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(63)	(22)	(1.092)	(393)
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício	120	52	(2.524)	(917)
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício	(120)	(52)	(2.524)	(917)

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 523.890 (R\$ 523.890 em 31 de dezembro 2024), e o capital totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 523.890 (R\$ 523.890 em 31 de dezembro 2024), sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Total	%
Equatorial S.A.	12.999.999	12.999.999	100,00%
Equatorial Serviços	1	1	0,00%
Total	13.000.000	13.000.000	100%

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



10.2 Reserva de capital

Esta reserva é constituída pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, bem como pela mudança na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era R\$ 7.396 (R\$ 5.662 em 31 de dezembro de 2024).

10.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial era R\$ 266.640 (R\$181.589 em 31 de dezembro de 2024), contemplando, principalmente efeitos de benefícios pós-emprego e de instrumentos financeiros derivativos.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão reclassificados para o resultado do exercício, integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

10.4 Reservas de lucros

	2025	2024
Reserva legal	837	-
Reserva de reforço de capital de giro	11.928	-
Total de reservas de lucros	12.765	-

10.5 Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de prejuízos acumulados é de R\$ 0 (R\$ 52.625 em 31 de dezembro de 2024). A variação ocorreu devido a absorção de prejuízos acumulados pelo lucro do exercício.

10.6 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

(i) Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	69.366	(52.625)
(-) Prejuízos acumulados	(52.625)	-
(-) Reserva legal	(837)	-
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	15.904	(52.625)
Dividendos mínimos		
Dividendos mínimos obrigatórios	3.976	-
Total dividendos mínimos	3.976	-

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



11 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços de terceiros	(75)	(82)
Outros	-	(1)
Total	(75)	(83)

12 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	1.017	15.485
PIS/COFINS sobre receita financeira	(58)	(723)
Outras receitas financeiras	233	72
Total de receitas financeiras	1.192	14.834
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(58)	(121)
Total de despesas financeiras	(58)	(121)
Resultado financeiro líquido	1.134	14.713

(a) A redução na linha de rendimentos de aplicações financeiras decorre, principalmente, da diminuição do saldo médio de caixa e de aplicações financeiras em aproximadamente 95% entre os exercícios de 2025 e 2024.

13 Instrumentos financeiros

13.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fornecedores, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando a remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

13.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir:

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	55	55	516	516
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	7.405	7.405	6.370	6.370
Total do ativo			7.460	7.460	6.886	6.886

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	9	9	-	-
Total do passivo			9	9	-	-

13.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da controladora da Companhia, Equatorial S.A., tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Os riscos são apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

a) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo, tempo otimizar o retorno.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	7.405	8.428	8.685	8.940	8.173	7.917
Impacto no resultado				256	512	(255)	(512)
Referência para ativos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 2025	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		13,82%	14,32%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%

Fonte: B3

13.4 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e, também, o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Junior
(Diretor-Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Marcos Antônio Souza de Almeida
(Diretor)

Humberto Luis Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Silva Sobral Neto
(Diretor)

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente Corporativo de Gestão Tributária, Normas e Relatórios Contábeis
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA